

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PAIS EDU CAMPO: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONTEXTUALIZADA NO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO DE CARNAÍBA

Cledson Oliveira dos Santos 1

Resumo

O presente estudo analisa a implementação do Programa PAIS EDU CAMPO, desenvolvido no Colégio Estadual do Campo de Carnaíba (Pindobaçu-BA), como experiência formativa de Educação Ambiental Contextualizada no Semiárido baiano. Fundamentada numa abordagem qualitativa, participativa e inspirada na pesquisa-ação, a investigação envolveu professores, estudantes, gestores e famílias na construção coletiva do conhecimento, reconhecendo o território como princípio educativo e espaço de emancipação. Por meio de observações, entrevistas e análise documental, buscou-se compreender como o programa articula educação, sustentabilidade e saberes territoriais.

Os resultados indicam que o PAIS EDU CAMPO promoveu uma reconfiguração do espaço escolar em território vivo de aprendizagem, aproximando teoria e prática e integrando o conhecimento científico aos saberes tradicionais. As práticas agroecológicas — hortas pedagógicas, compostagem, irrigação por gotejamento e controle biológico — fortaleceram a consciência ecológica, a segurança alimentar e o sentimento de pertencimento. Socialmente, o programa reaproximou a escola da comunidade, instaurando uma pedagogia da solidariedade, expressa em mutirões, feiras agroecológicas e ações coletivas de cuidado.

A experiência evidencia que a Educação Ambiental, quando contextualizada, transcende o caráter instrumental e se torna ato político e emancipador (AIRES, 2017; EFFTING, 2007). A Agroecologia, enquanto ciência e movimento social (ALTIERI, 2012), consolidou-se como eixo articulador, permitindo à escola resistir às lógicas homogeneizadoras e afirmar o direito de aprender a partir da terra.

Conclui-se que o PAIS EDU CAMPO constitui uma pedagogia do enraizamento, na qual o aprender se entrelaça ao viver e o território se torna livro e horizonte. Assim, o programa reafirma a Educação do Campo como projeto ético-político de convivência digna com o Semiárido, fundamentado na autonomia, solidariedade e justiça socioambiental.

Palavras-chave: Educação Campo. Educação Ambiental. Agroecologia. Sustentabilidade. Semiárido.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Educação do Campo no Brasil vem se consolidando como um projeto político-pedagógico que desafia a lógica urbana e homogeneizadora da escola tradicional. Inspirada nas lutas dos movimentos sociais e nas experiências de resistência



























¹ Especialista em Educação do Campo. Universisdade do Estado da Bahia – UNEB, cledsonoliveirasantos@gmail.



dos povos do campo, essa proposta educativa reafirma o direito de ensinar e aprender a partir do território, dos modos de vida e dos saberes que brotam da terra (CALDART, 2012; ARROYO, 2014).

No Semiárido baiano, esse movimento encontra terreno fértil para florescer. Entre os babaçuais e as atividades de exploração mineral — como a extração de esmeraldas e mármore exótico — emergem iniciativas como o movimento das quebradeiras de coco babaçu, que se consolida no município de Pindobaçu (BA) como um projeto identitário e de resistência. Essas comunidades reinventam o sentido de convivência com o clima árido, cultivando práticas agroecológicas, solidariedade e um profundo sentimento de pertencimento.

É nesse contexto que surge o Programa PAIS EDU CAMPO, desenvolvido no Colégio Estadual do Campo de Carnaíba, em Pindobaçu (BA). O programa representa uma proposta inovadora que integra educação, sustentabilidade e valorização dos saberes locais, fortalecendo o vínculo entre escola, comunidade e território.

Mais do que uma ação pedagógica, o programa se tornou um gesto político e comunitário: um modo de afirmar que a escola pode – e deve – dialogar com a vida que pulsa ao seu redor. Ao integrar a Educação Ambiental à Educação do Campo, o PAIS EDU CAMPO propõe uma prática educativa que questiona o modelo de desenvolvimento hegemônico e valoriza a autonomia das comunidades rurais (SILVA; REIS, 2024).

A Educação Ambiental aqui não é tratada como um conjunto de conteúdos ou campanhas pontuais, mas como uma atitude crítica frente às contradições socioambientais. Como afirma Aires (2017), é preciso pensar a sustentabilidade em suas dimensões sociais, culturais e políticas, aproximando o conhecimento científico dos saberes enraizados nas comunidades. Effting (2007) reforça essa ideia ao afirmar que a educação ambiental deve ser um instrumento de emancipação, e não de adaptação.

Ao adotar a Agroecologia como eixo central, o programa cria pontes entre o saber popular e o científico, entre a prática cotidiana e o aprendizado escolar. Altieri (2012) nos lembra que a agroecologia é mais do que um método agrícola: é uma ciência da sustentabilidade e um movimento social que defende a vida e a justiça ambiental. Assim, o PAIS EDU CAMPO transforma o espaço escolar em território educativo, onde o plantio e a colheita se tornam metáforas de formação humana e cidadã.

O presente estudo busca compreender de que maneira a implementação do programa, no contexto do Colégio Estadual do Campo de Carnaíba, tem contribuído para fortalecer uma educação ambiental contextualizada, capaz de unir escola, comunidade e

























território em torno de um mesmo horizonte: o da sustentabilidade com dignidade e pertencimento.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida sob uma abordagem qualitativa, participativa e de inspiração emancipatória, tecida no entrelaçar da escuta sensível com o compromisso político diante do território. Nesse sentido, buscou-se compreender o fenômeno educativo a partir do chão da experiência, onde a vida, o trabalho e o saber se entrecruzam como fios de uma mesma trama. Como propõe Minayo (2016), compreender o real é ir além da descrição: é interpretar os sentidos e significados que brotam das práticas sociais, reconhecendo que cada gesto, palavra ou silêncio expressa uma forma de leitura do mundo. Desse modo, a investigação foi conduzida como um exercício ético de diálogo com os sujeitos da Educação do Campo, reconhecendo-os não como objetos de estudo, mas como semeadores e colhedores de conhecimento, cujas vozes e práticas enraízam a própria noção de território.

Inspirada na pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011), a metodologia adotada configurouse como um caminhar coletivo, em que professores, estudantes, gestores e famílias foram convidados a percorrer juntos o percurso investigativo, desde a formulação das perguntas até a análise dos resultados. Essa opção metodológica reafirma a ideia de que conhecer é também transformar, e que toda produção de saber implica um gesto de responsabilidade ética e política (FREIRE, 2019). Assim, a metodologia assumiu o caráter de processo partilhado, no qual cada voz contribuiu para o desenho plural da experiência vivida. Essa postura não se limita a uma técnica de coleta de dados, mas expressa uma concepção de ciência comprometida com a emancipação humana, fundada na dialogicidade e na coautoria do conhecimento. Fazer ciência com — e não sobre — os sujeitos do campo significa reconhecer que o saber emerge da prática social, e que cada experiência educativa é também um ato político de resistência frente às lógicas de silenciamento e subalternização (ARROYO, 2014; CALDART, 2012).

No decorrer da pesquisa, os dados foram produzidos por meio de observações participantes, entrevistas semiestruturadas e análises documentais de relatórios e registros do programa PAIS EDU CAMPO, entendidos aqui como vestígios materiais de uma experiência viva e situada. A partir dessas práticas, foi possível acompanhar o cotidiano escolar, desde o preparo da terra até o florescer das feiras agroecológicas, captando gestos, narrativas e aprendizagens que, muitas vezes, escapam às métricas formais, mas revelam a alma do processo educativo. As entrevistas, por sua vez, possibilitaram ouvir



























as vozes e os silêncios dos sujeitos, revelando os sentidos que atribuem à experiência, às tensões e às transformações em curso. Tais momentos de escuta foram compreendidos como espaços de construção de sentido, nos quais o pesquisador se coloca em atitude de alteridade e respeito, reconhecendo a densidade simbólica do vivido.

Em continuidade a esse movimento, a análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo temática (BARDIN, 2011), articulando-se em torno de três grandes eixos interpretativos: a Educação do Campo como projeto de emancipação (CALDART, 2012; ARROYO, 2014); a Educação Ambiental Contextualizada como prática crítica e interdisciplinar (AIRES, 2017; EFFTING, 2007); e a Agroecologia como matriz de resistência, sustentabilidade e reencantamento com a terra (ALTIERI, 2012; POMPEIA, 2021). Essa articulação entre eixos permitiu compreender que a escola do campo é também território de disputas simbólicas, no qual se confrontam projetos antagônicos de sociedade: de um lado, a lógica produtivista e mercantilizante do agronegócio; de outro, a perspectiva da convivência, da solidariedade e da produção de vida.

Por fim, a pesquisa foi permeada pelo princípio da devolutiva social, entendendo que todo conhecimento só cumpre seu papel quando retorna ao território que o faz germinar. Os resultados foram, portanto, socializados em encontros escolares, feiras agroecológicas e rodas de conversa, momentos em que o saber se reconheceu como bem comum e se devolveu à comunidade em forma de diálogo. Nesse entrelaçar de vozes, memórias e práticas, a metodologia transbordou os limites do método, tornando-se também pedagogia — um ato de partilha, pertencimento e (re)encantamento com o saber que nasce da terra e volta a ela, nutrindo a esperança e a dignidade dos sujeitos do campo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa ancora-se na compreensão da Educação do Campo como um projeto político e epistemológico em permanente construção, forjado nas lutas sociais e nas experiências de resistência dos povos do campo. Conforme Caldart (2012), trata-se de uma proposta que não se restringe à escolarização, mas que expressa uma concepção ampliada de educação como prática social e cultural, orientada pela autonomia, pela solidariedade e pela transformação das condições de vida. A Educação do Campo, assim, rompe com a tradição urbano-centrada e com o paradigma de uma escola descolada da realidade, afirmando-se como um movimento que busca a valorização do território e dos sujeitos que o habitam.

Neste contexto, Arroyo (2014) reforça essa dimensão política ao destacar que a Educação do Campo nasce do protagonismo dos sujeitos coletivos — agricultores,

























quebradeiras de coco, camponesas, jovens e assentados — que reivindicam o direito de produzir conhecimento a partir de suas práticas e experiências históricas. Essa pedagogia da resistência constitui-se como um gesto contra hegemônico, que questiona as estruturas de exclusão e a lógica de subalternização das comunidades rurais. O campo, portanto, deixa de ser visto como espaço de atraso e passa a ser reconhecido como território de saberes, memórias e pertencimento.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo articula-se ao conceito de território como categoria de análise e práxis educativa. Carvalho (2011) argumenta que o território não é apenas o espaço geográfico onde se desenrolam as práticas sociais, mas um campo de sentidos simbólicos, culturais e políticos que configuram a identidade coletiva. O pertencimento territorial, segundo a autora, é elemento fundante da educação contextualizada, pois permite que o currículo dialogue com a vida, as tradições e os modos de existir das comunidades. Desse modo, a escola situada no Semiárido não deve adaptar o conhecimento a uma realidade tida como "difícil", mas reconhecer e potencializar as práticas de convivência e de solidariedade que se reinventam cotidianamente diante das adversidades climáticas e econômicas.

É nesse horizonte que se insere a educação contextualizada para a convivência com o Semiárido, defendida por Martins (2006) como paradigma político e epistemológico. Esse paradigma rompe com a lógica das políticas de "combate à seca" e propõe a convivência como expressão de uma nova racionalidade educativa, que compreende o Semiárido não como problema, mas como território de vida e de conhecimento. Ao articular saberes científicos e saberes locais, a educação contextualizada constrói pontes entre escola e comunidade, possibilitando que o aprendizado se torne experiência significativa e emancipadora. Essa concepção está intrinsecamente relacionada à noção de educação popular freiriana, que valoriza o diálogo, a problematização e a práxis como caminhos de libertação (FREIRE, 2019).

No âmbito dessa reflexão, a Educação Ambiental Contextualizada surge como uma dimensão indissociável da Educação do Campo. Aires (2017) concebe a educação ambiental como prática crítica e interdisciplinar, voltada à compreensão das relações entre sociedade, natureza e cultura, e à denúncia das desigualdades ambientais que afetam de forma mais intensa as populações do campo. Effting (2007) reforça essa ideia ao afirmar que a educação ambiental não pode ser instrumento de adaptação à degradação, mas deve atuar como mediação emancipatória, capaz de promover consciência ecológica e ação transformadora. Assim, o desafio é integrar a sustentabilidade às práticas

























pedagógicas de forma orgânica, superando visões tecnicistas e aproximando a formação escolar das experiências de cuidado e de manejo sustentável que já fazem parte da cultura camponesa.

Nesse contexto, a Agroecologia assume papel central como matriz epistemológica e prática de resistência. Altieri (2012) define-a como ciência, movimento e prática que unem sustentabilidade ecológica e justiça social, promovendo a autonomia das comunidades e a soberania alimentar. Mais do que um método agrícola, a agroecologia é uma filosofia de vida, pois propõe a reintegração do ser humano à natureza e o reconhecimento da terra como sujeito de direitos. No Semiárido, essa perspectiva ganha força ao se entrelaçar com saberes tradicionais — como o manejo dos babaçuais, o extrativismo do licuri e as práticas de mutirão — que expressam modos ancestrais de convivência com a terra e com o clima. Pompeia (2021) enfatiza que as práticas agroecológicas não apenas garantem a sustentabilidade material, mas também a sustentabilidade simbólica e cultural das comunidades, preservando a memória e o sentido de pertencimento.

Ao dialogar com esses referenciais, o Programa PAIS EDU CAMPO emerge como uma experiência concreta de articulação entre Educação do Campo, Educação Ambiental e Agroecologia. Desenvolvido no Colégio Estadual do Campo de Carnaíba (Pindobaçu/BA), o programa traduz em prática os princípios teóricos aqui discutidos: o enraizamento da escola no território, o reconhecimento dos saberes locais e a produção coletiva de conhecimento. Conforme aponta Reis (2019), essa iniciativa constitui um movimento pedagógico que busca reconstruir o elo entre escola, comunidade e natureza, afirmando a sustentabilidade como dimensão ética, política e educativa.

Dessa forma, o referencial teórico que sustenta esta pesquisa reafirma a necessidade de uma educação comprometida com a transformação social e com a valorização dos modos de vida do campo. A partir da dialogicidade freiriana, da epistemologia territorial de Carvalho (2012), da convivência com o Semiárido de Martins (2006) e da racionalidade agroecológica de Altieri (2012), compreende-se que educar no campo é um ato de resistência, de criação e de esperança. É reconhecer que o saber que nasce da terra — e com ela dialoga — é também conhecimento científico e político, capaz de (re) encantar a relação entre humanidade e natureza.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa revelam que o Programa PAIS EDU CAMPO promoveu uma profunda metamorfose no cotidiano do Colégio Estadual do Campo de Carnaíba,



























transformando o espaço escolar em território vivo de aprendizagem, cultivo e resistência. Onde antes havia um terreno árido, hoje florescem hortas, galinheiros e viveiros pedagógicos — não apenas como estruturas físicas, mas como expressões de um currículo que germina no chão da realidade.

Do ponto de vista pedagógico, a experiência rompeu as fronteiras entre teoria e prática, aproximando o conhecimento escolar da vida cotidiana dos estudantes. As aulas, antes restritas à sala, ganharam o ritmo das estações e o cheiro da terra molhada, dialogando com o ciclo das plantações, o manejo do solo e a história das famílias agricultoras. Nesse processo, os estudantes deixaram de ser receptores para se tornarem autores de suas aprendizagens, assumindo papéis de pesquisadores, cuidadores e multiplicadores de práticas sustentáveis.

Socialmente, o programa reativou os laços entre escola e comunidade, instaurando um sentimento renovado de pertencimento. As famílias passaram a frequentar o espaço escolar não apenas como responsáveis pelos alunos, mas como parceiras do processo educativo. As feiras agroecológicas e os mutirões de plantio tornaram-se rituais de comunhão e saberes, onde o conhecimento circula em forma de experiência compartilhada.

No campo ambiental, os resultados são igualmente expressivos: o uso da compostagem reduziu o lixo orgânico, o sistema de irrigação por gotejamento otimizou a água, e as práticas de controle biológico substituíram o uso de agrotóxicos. Essas ações, além de fortalecerem a segurança alimentar, despertaram uma consciência ecológica que ultrapassa os muros da escola.

Todavia, o estudo também revelou desafios: a escassez de recursos financeiros, a falta de formação continuada em agroecologia e as limitações estruturais ainda impõem obstáculos à continuidade do programa. Mesmo assim, os sujeitos reinventam caminhos — provando que a resistência também é um modo de aprender.

Em síntese, os resultados indicam que o PAIS EDU CAMPO consolidou-se como uma pedagogia do enraizamento, na qual o aprender se confunde com o viver, e o território se torna livro, sala e horizonte.

CONCLUSÕES

A experiência do PAIS EDU CAMPO no Colégio Estadual do Campo de Carnaíba reafirma que a escola, quando enraizada no território, torna-se sementeira de dignidade e esperança. Mais do que um projeto pedagógico, o programa se revelou um gesto político



de convivência com o Semiárido, uma pedagogia que nasce da terra e volta para ela, gerando frutos em forma de autonomia, consciência e pertencimento.

Ao integrar Educação do Campo, Educação Ambiental e Agroecologia, a iniciativa materializa o princípio da contextualização como práxis libertadora, na qual o conhecimento científico dialoga com os saberes tradicionais, sem hierarquias nem fronteiras. Nesse encontro de mundos, a escola reaprende a ser comunidade.

A pesquisa evidencia que o programa não apenas transformou a paisagem física da escola, mas reconfigurou sentidos de ser e aprender no campo. As práticas educativas passaram a valorizar o saber vivido, o tempo da natureza e o cuidado como dimensão política da existência. Desse modo, o ato de plantar uma muda ou colher uma alface converte-se em exercício de cidadania e consciência planetária.

Entretanto, a consolidação dessa proposta requer políticas públicas permanentes, capazes de garantir infraestrutura, formação continuada e reconhecimento institucional. Sem essas condições, os brotos pedagógicos correm o risco de murchar sob o sol da precarização.

Ainda assim, o PAIS EDU CAMPO revela que há caminhos de resistência possíveis. Ele demonstra que a sustentabilidade não é apenas técnica, mas também ética, estética e cultural. A escola, ao se abrir à comunidade, torna-se território de esperança — onde o saber é plantado com afeto e colhido em forma de consciência crítica.

Por fim, conclui-se que a Educação Ambiental Contextualizada, enraizada na Educação do Campo, é uma das formas mais potentes de (re) encantar o ato de aprender. No Colégio de Carnaíba, ela floresce como símbolo de uma pedagogia que não ensina apenas a sobreviver no Semiárido, mas a viver bem com ele — cultivando justiça, solidariedade e pertença.

REFERÊNCIAS

AIRES, C. M. Educação ambiental contextualizada: práticas e reflexões no Semiárido brasileiro. Fortaleza: UFC, 2017.

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ARROYO, M. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. Petrópolis: Vozes, 2014.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.

CALDART, R. S. Pedagogia do Movimento Sem Terra e Princípios da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

























CARVALHO, Luzineide Dourado. Um sentido de pertencimento ao território semiárido brasileiro: a ressignificação da territorialidade sertaneja pela convivência. In: Revista de Geografia (UFPE) V. 28, No. 2, 2011. Disponível em:

https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228949 Acesso em: 15 out. 2025.

EFFTING, T. R. Educação ambiental e emancipação social: desafios da prática escolar. Curitiba: UFPR, 2007.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva: críticas ao economicismo na educação. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINS, Josemar da Silva. Anotações em torno do conceito de Educação para a Convivência com o Semi-Árido. In: Educação para a Convivência com o Semi-Árido Árido: Reflexões Teórico-Práticas.Juazeiro/BA: Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semi-Árido, Selo Editorial-RESAB, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/37699805/ANOTA%C3%87%C3%95ES_EM_TORNO_D O_CONCEITO_DE_EDUCA%C3%87%C3%83O_PARA_A_CONVIV%C3%8ANCI A COM O SEMI-%C3%81RIDO 1 Acesso em: 15 out. 2025.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: **Hucitec**, 2016.

POMPEIA, C. Formação e território: agroecologia e resistência no campo brasileiro. Rio de Janeiro: FASE, 2021.

REIS, Edmerson dos Santos. CARVALHO, Edilane Carvalho Teles (Orgs.). Contextualizar a Educação, dar sentido aos saberes. Curitiba: Editora CRV, 2019

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2011.























